

COIMBRA

# Festa da Solidariedade é a 30 de Setembro



Diretor Padre Lino Maia  
Diretor-Adjunto Padre José Baptista



GEOFUNDOS

## Fundo certo com sucesso

A GEOfundos é a nova e única plataforma online em Português que reúne todas as oportunidades de financiamento, nacionais e internacionais, disponíveis para entidades e iniciativas da Economia Social. O propósito deste instrumento é disponibilizar numa única plataforma tecnológica a informação sobre as várias oportunidades de financiamento existentes dirigidas ao setor da Economia Social, através de uma segmentação rigorosa, pesquisa simples, rápida e personalizada e com apresentação de resultados muito concretos.

SABROSA

Centro de Noite resolveria algumas lacunas



LISBOA

Unidades autónomas esperam financiamento



ALBERGARIA-A-VELHA

Envelhecimento ativo em jeito de concurso



CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

# Promover uma digitalização humanizada das IPSS

O Centro de Estudos Sociais (CES) da CNIS realizou duas reuniões no mês de maio, nas quais procedeu à análise e discussão dos documentos apresentados pelos membros deste organismo da Confederação.

No primeiro encontro de trabalho, realizado em Fátima, emanaram “duas ideias-força”, que o sociólogo Acácio Catarino resumiu no final: “A primeira tem a ver com a digitalização das instituições, ou seja, introduzir nas instituições dinâmismos de comunicação, utilizando de maneira avançada as novas tecnologias da informação e comunicação. Acrescentou-se que se justifica atribuir muita importância à necessidade de este processo ser muito humanizado, no sentido de não haver exclusão de pessoas e no sentido de as pessoas em geral serem consideradas sempre enquanto tais e nunca como meros instrumentos da digitalização”.

Num segundo momento, os especialistas debruçaram-se sobre a questão dos valores, tendo sublinhado cinco deles a partir de dois documentos que estiveram em debate: “Tendo em conta o que foi referido, parece claro que se identificaram

cinco valores fundamentais: o primeiro, é a própria solidariedade, valor típico das instituições, mas nós acrescentámos os adjetivos radical, na medida em que é preciso ir às causas dos problemas, e universal, na medida em que não pode excluir nenhuma pessoa; o segundo, dar prioridade às pessoas mais carenciadas; em terceiro, a igual dignidade de todas as pessoas; em quarto, o bem comum; e em quinto, o desenvolvimento integral”.

Para Acácio Catarino, “foi uma boa reunião, pelo que foi conseguido e também pelas questões que assumidamente ficaram em aberto e que serão retomadas nas próximas reuniões”.

Na segunda reunião, que decorreu na sede da CNIS no Porto, prosseguiu a análise dos textos, tendo os membros do colégio de especialistas abordado um documento sobre os novos desafios, “onde foi detalhado o seu conteúdo, que tem que ver com a perspetiva de um documento encomendado pela



Comissão Europeia e pelo Conselho Europeu ao Parlamento Europeu”, explicou Palmira Macedo, que acrescentou: “Também analisámos um documento do doutor Custódio Oliveira, a ser complementado pelo doutor Acácio Catarino, e marcámos uma nova reunião para o dia 30 de junho, em Fátima, na qual se prevê que se conclua esta ronda de apreciação dos documentos apresentados, para depois se dar seguimento ao calendário estabelecido”.

As reuniões foram presididas pelo padre José Baptista e contaram com a presença de Custódio Oliveira, Canaveira Campos, Jaime Neto, Palmira Macedo e Filomena Bordalo, tendo o diretor-executivo da CNIS, João Dias, participado na de Fátima.

## ACORDOS DE COOPERAÇÃO

### CONCURSO EVITA EXCESSO DE ZELO E DE VOLUNTARISMO

A propósito da intenção do Governo, revelada pelo ministro Vieira da Silva, de, a partir de 2017, o alargamento dos Acordos de Cooperação ser feito de forma “*concurzal*, para afastar qualquer risco de favoritismo”, o presidente da CNIS não se mostra surpreendido, recordando que “não é uma situação virgem”, lembrando o que se passou com as RLIS, que também foram atribuídas por candidatura.

O responsável pela pasta do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social adiantou ainda que “serão os critérios da necessidade, do equilíbrio territorial e da equidade que determinarão, eles e só eles, o esforço público e o reforço de Cooperação”, referindo como exemplo a experiência do PARES.

“Por vezes há instituições que se queixam que outras instituições têm mais facilidades em conseguir os Acordos de Cooperação e o que o Estado se propõe fazer é, em primeiro, um levantamento das respostas sociais no território e, depois, lançar um concurso às instituições para aquelas respostas”, explica o padre Lino Maia, tranquilizando os dirigentes das IPSS: “Não é um corte na Cooperação, mas a promoção de igualdade de oportunidades para todas as instituições”.

Para o líder da CNIS, “é importante criar regras que atendam à resposta de proximidade e que evitem algum excesso de voluntarismo que existe em algumas instituições”, mostrando concordância com a opção tomada pelo Governo: “Penso que assim o processo de atribuição dos Acordos de Cooperação será mais transparente e claro, pois se, por vezes, há excesso de voluntarismo de algumas instituições, noutras há excesso de zelo por parte dos serviços. E é preciso acautelar estas situações, definindo regras, mas antes é fundamental verificar a necessidade das respostas e gerar igualdade de circunstâncias para as instituições se candidatarem”.

## SIMPLEX

### CNIS QUER ACAUTELAR CONSIGNAÇÃO DO IRS

Apresentado que está, pelo Governo, o programa Simplex, que pretende desburocratizar e modernizar a máquina estatal, uma questão, a entrar em vigor já para o próximo ano, levanta algumas preocupações à CNIS.

O facto de os trabalhadores por contra de outrem e os pensionistas deixarem de ter que entregar a declaração de IRS, passando o processo a ser automático, levanta dúvidas sobre como se processará a consignação de 0,5% do IRS, quando a mesma deixar de ser preenchida pelos contribuintes.

O presidente da CNIS diz-se atento à situação e espera questionar o Governo a esse propósito.

“Julgo que o processo ainda não está fechado e que ainda haverá possibilidades de acautelar essa situação”, afirma o padre Lino Maia, sublinhando que “é preocupante se as instituições ficarem sem esta verba, que apesar de não ser muito dinheiro é sempre um donativo importante”.

Para já, “está a ser estudada a situação para que em devido tempo as pessoas possam dar orientações sobre as instituições que pretendam beneficiar com a consignação do IRS”, sustenta o presidente da CNIS.

Lembrando que estão em causa instituições que “vivem com imensas dificuldades”, sublinha ainda que “mais importante do que a verba em si é o envolvimento da comunidade com as instituições” e o espírito solidário.

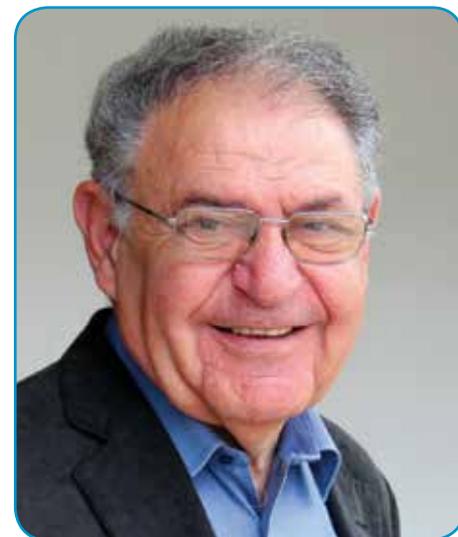
“Tudo o que seja solidariedade e envolvimento da comunidade é muito importante”, defende o presidente da CNIS, que aponta para um valor global entre os 100 mil e 150 mil euros a distribuir por todas as IPSS.

“Este é um valor que poderá representar, em média, cerca de seis mil euros por instituição, contando as cerca de três mil filiadas na CNIS. É pouco, mas para quem vive sempre no fio da navalha, representa alguma coisa”, reforça.

Destacando o valor imaterial da envolvimento da comunidade com o Setor Social Solidário, o padre Lino Maia defende que “é importante que todas as pessoas sintam que estas instituições, que prestam um serviço público, são importantes e não vivem sem a envolvimento da comunidade, pelo que a contribuição de todos torna-as mais universais, mais prestadoras de serviços a todos, privilegiando os mais carenciados”.

Já relativamente à abertura por parte do Governo da possibilidade de os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo poderem acolher respostas de pré-escolar, como forma de compensação pela perda de turmas com contrato de associação com o Estado, o líder da CNIS lembra que “é necessário não criar redundâncias com a capacidade já instalada no terreno”.

**Padre Lino Maia**  
Presidente da CNIS



# Cooperação por concurso

1. No decurso da história da Pátria, antes do mais, a solidariedade social sempre foi a expressão de um dever e de uma vocação da sociedade e das suas organizações. Uma prática multissecular que lhes conferiu uma competência e uma ciência que não têm concorrentes e que se consolidou numa proteção social direta assegurada por uma rede de entidades e instituições de natureza particular, fora do perímetro do Estado ou de outras entidades públicas e concretizada pela entidade mais próxima, numa escala territorial, e pelos corpos intermédios, antes da esfera pública, no que respeita à natureza das organizações.

Quando o Estado “despertou” para a proteção social direta já ela vinha sendo assumida pela comunidade que, fazendo como sua aventura a sorte do seu próximo, no exercício da cidadania, se foi organizando na proximidade e na subsidiariedade, ancorando caridade, gratuidade e solidariedade, com inovação, envolvimento e opção preferencial pelos mais carenciados.

Ao acordar para a proteção social direta, o Estado poderia nacionalizar as muitas expressões e equipamentos já então existentes mas não o fez porque tal seria frustrar uma das características de excelência da comunidade nacional. Preferiu valorizar a expressão e a vocação da sociedade e das suas organizações e, com os meios ao seu dispor, assumiu as suas competências de apoiar, regular, suprir e universalizar.

Nesse sentido, por sua iniciativa ou respondendo ao que lhe era solicitado, confiou algo do pouco que desenvolvia ao Sector Solidário, multiplicou acordos de cooperação, típicos e atípicos, promoveu concursos para novas respostas sociais e para o alargamento e a beneficiação da rede de equipamentos sociais e celebrou um Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social.

Hoje, por direito próprio, em colaboração com os serviços públicos, essa rede integra o sistema nacional de proteção social, constituindo uma componente essencial do Estado Social.

2. O Setor Social Solidário não só foi crescendo exponencialmente em número de Instituições constituídas (em atividade são perto de 5.000), como, pela sua distribuição por todo o território e junto das comunidades

em que estão inseridas, passou a assumir uma importância social e económica de elevado relevo. Prestando serviço público, as Instituições atuam à maneira de empresas sociais em que o lucro é o crescimento integral das pessoas que são os seus utentes. O Sector está implantado, organizado e solidificado. E é responsável por 67% dos equipamentos com respostas sociais.

São associações, cooperativas, fundações

“  
SERIA SUICIDÁRIA  
A INVERSÃO DO CAMI-  
NHO PERCORRIDO NA  
COOPERAÇÃO. NEM  
ISSO É TÃO-POUCO  
EQUACIONADO. MAS,  
HOJE E SEMPRE, HA-  
VERÁ POSSIBILIDA-  
DES DE APLANAR CA-  
MINHOS  
ENDIREITAR VEREDAS  
”

ou mutualidades de solidariedade social, centros sociais paroquiais, institutos de organização religiosa ou misericórdias, com respostas para acolhimento institucional para crianças e jovens em perigo, de alojamento social de emergência, cantinas sociais, casas abrigo, centros (de acolhimento, de convívio, de dia e de noite para pessoas idosas, de apoio à vida e a toxicodependentes, de apoio familiar e aconselhamento parental, comunitários e protocolares, de atividades ocupacionais e de tempos livres), creches, cuidados continuados integrados, jardins de infância, lares

(de infância, juventude ou pessoas idosas), serviços de apoio domiciliário... Na área da deficiência, por exemplo, quase tudo o que se faz entre nós, que é muito e é muito bom, é da responsabilidade direta destas Instituições.

São organizações de uma comunidade que se envolve e não se desmobiliza e que, nos momentos de crise, se comporta de uma forma expansionista e em contraciclo, se comparada com os outros sectores tradicionais da economia e com outras sociedades. São economia das pessoas e para as pessoas, com abordagem mais humanista, mais próxima e mais benéfica para os cidadãos, sobretudo, os que vivem situações de maior fragilidade social. Também muito menos dispendiosa para o Estado.

3. Sustentar políticas que visem o combate à pobreza e um melhor futuro para todos e a promoção da igualdade de oportunidades e da plena cidadania é competência inalienável de um Estado que se quer Social.

Seria suicidária a inversão do caminho percorrido na Cooperação. Nem isso é tão-pouco equacionado.

Mas, hoje e sempre, haverá possibilidades de aplanar caminhos e endireitar veredas. O presente exige estabilidade e previsibilidade pelo que, na promoção do bem comum, os acordos já celebrados entre o Estado e as Instituições, eventualmente reajustados, jamais poderão ser postos em causa. E porque o futuro da pessoa toda e de todas as pessoas desafia sempre respostas inovadoras certamente novos acordos típicos e atípicos serão celebrados correspondendo ao engenho e à arte das Instituições e dos inovadores.

Mas nunca o Estado se poderá demitir da sua função de sustentar políticas sociais e de universalizar direitos para que ninguém se conforme a ficar para trás. Pelo que, na fidelidade ao Pacto de Cooperação, o Estado deverá assumir a tarefa de promover concursos para requalificar o que urge ser requalificado, para implementar novos serviços ou novas medidas ou para alargar territorialmente respostas sociais. Ultrapassando conjunturas de afetos, ideologias ou concentrações. E acautelando e respeitando sempre a capilaridade, a proximidade, a sustentabilidade e os recursos das Instituições de Solidariedade.

# Diversidade não tem que ser um obstáculo

O encontro multidisciplinar «Portugal Economia Social – Encontro do Empreendedorismo e Inovação Social» reuniu ao longo de três dias muitos dos atores da Economia Social nacional e europeia. Inúmeros fóruns de debate e expositores onde era possível ter um contacto mais próximo com a atividade de muitos desses agentes do Terceiro Setor e ainda de outros que forçosamente se cruzam com eles no quotidiano preencheram o evento.

**D**emonstrar a força e o peso da Economia Social e promover a discussão em torno de temas essenciais à consolidação e ao crescimento das entidades do Terceiro Setor foram ideias-força dos três dias que a iniciativa durou na FIL – Feira Internacional de Lisboa, numa organização da AIP – Associação Industrial Portuguesa.

A CNIS associou-se ao evento, tendo marcado presença com um stand e participando em alguns, dos muitos, fóruns de debate que durante os três dias mantiveram os visitantes ocupados e interessados.

Entre outros, temas como «Os Desafios da Economia Social no Contexto Português e Europeu», «VIII Convenção da REDE RSO PT», «Empreendedorismo e Inovação Social», «Gestão das Organizações da Economia Social – Desafios, Oportunidades e Riscos», «Mulheres, Inovação e Competitividade», «Causas Sociais – Necessidades e Respostas», «Sustentabilidade e Financiamento – Novas Formas e Instrumentos», «A Economia Social e o Desenvolvimento Local e Regional» foram alimentando o debate e gerando novas ideias de todos os que entre os dias 19 e 21 de maio passaram pela FIL, em Lisboa.

O evento teve o mérito de juntar no mesmo espaço e ao longo de três dias as diferentes famílias da Economia Social a quem o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social deixou o repto, não inédito nas suas palavras, para que se unam e se façam ouvir a uma só voz.

Presente na sessão de abertura, José Vieira da Silva começou por lembrar que “a diversidade é uma qualidade e não uma dificuldade, mas é preciso que os diversos membros percebam que todos pertencem à mesma família”, sublinhando que “a crise ajudou a dar passos nesse sentido”, apontando ainda outra dificuldade que é preciso ultrapassar por parte dos agentes da Economia Social: “As diferentes famílias têm dificuldade em se entenderem e em falarem com a mesma voz. As diferenças não devem impedir que se faça uma representação integrada”.

Por fim, o governante indicou “o escasso conhecimento e reconhecimento da Economia Social pela sociedade”, exemplificando mesmo com o caso da “comunidade científica”, como outra das grandes dificuldades do setor em reforçar a sua implementação.

Depois, e pegando no desafio lançado antes por Eduardo Graça, presidente da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, de se realizar, em 2017, o 1º Congresso Nacional da Economia Social, o ministro

Vieira da Silva, à semelhança do que

dissera em recente entrevista ao SOLIDARIEDADE, reforçou a ideia de que “a Economia Social não é a substituição do Estado”, lembrando que “há pontos de contacto” e até “fronteiras difíceis de traçar”, mas “ao Estado o que é do Estado e à Economia Social o que é da Economia Social”, defendendo que “o Estado só pode ser um parceiro e sê-lo-á”.

A sessão de abertura do encontro contou ainda com a presença de Rocha de Matos,

presidente da Fundação AIP, Tomás Correia, presidente do Montepio Geral, Santana Lopes, provedor da Santa casa da Misericórdia de Lisboa, e Jan Olsson, presidente da REVES – Rede Europeia das Cidades e Regiões para a Economia Social, que recordou aos presentes que a Economia Social “é um setor-chave na criação de emprego e de riqueza”.

Neste painel, destaque para a participação de Juan Antonio Pedreño, presidente da Social Economy Europe e da Confederação Empresarial Espanhola da Economia Social, que, para além de traçar um retrato muito interessante sobre este setor no seio da União Europeia, apontou os grandes desafios que os agentes da Economia Social dos diferentes Estados-membros têm pela frente para que o setor se afirme no seio da Europa comunitária.

Dizer, primeiro, que a Social Economy Europe é quem representa o setor da Economia Social a nível da União Europeia, à qual a CASES já pertence e no qual, este mês de junho por ocasião da sua Assembleia Geral, a CNIS deverá ser aceite como membro de pleno direito.

Lembrando que “Portugal é uma referência da Economia Social na Europa”, Juan Pedreño disse que é necessário que “todos [governos, empresas e entidades do Terceiro Setor] trabalhem para que a União Europeia ponha a Economia Social no lugar que merece”, identificando as prioridades para o desenvolvimento da Economia Social na Europa: “Coordenação das instituições comunitárias para fazer do conjunto da Economia Social uma prioridade da agenda da União Europeia; fazer com que a União Europeia implemente políticas que abranjam todos os modelos empresariais da Economia Social e não apenas, como tem acontecido, as empresas sociais, que são apenas uma parte deste setor”.

A isto, o líder da Social Economy Europe deixou ainda algumas ideias que reforçam este ideal de tornar o setor prioritário na ação da União Europeia.

“A Economia Social não é apenas uma alternativa aos períodos de crise, mas antes um ator imprescindível ao desenvolvimento socioeconómico dos territórios e dos países; é cada vez mais evidente que a sociedade europeia não pode construir-se sem a Economia Social; e torna-se fundamental a criação de um Plano de Desenvolvimento e Fomento da Economia



Social a nível da União Europeia”, sustentou Juan Pedreño, que, aproveitando a presença do ministro Vieira da Silva, incentivou Portugal a aderir ao grupo de países que, a uma só voz, pretendem pressionar a União Europeia a adotar a Economia Social como prioridade.

Para já o grupo é composto pela Espanha, França, Itália, Luxemburgo, Eslováquia, Eslovénia e República Checa e está a elaborar um documento para entregar à Comissão Europeia no sentido de alcançar aquele objetivo.

Nota ainda para a revelação que Juan Pedreño fez na sessão sobre a deliberação da Comissão Europeia de tornar o (passado) dia 1 de junho o Dia Europeu da Economia Social.

Dos muitos fóruns de debate que ao longo dos três dias preencheram o programa do «Portugal Economia Social», a CNIS esteve presente na mesa redonda sobre «Governança, gestão e enquadramento legal». O diretor-executivo da CNIS, João Dias, lembrou que é necessário haver uma “clarificação do território de intervenção de cada uma das famílias e o do Estado, que tem por obrigação assegurar a universalidade das respostas”, sublinhando que “não se desperdice o que há no terreno, mas que também não se criem redundâncias”.

Este é um aspeto essencial para assegurar a sustentabilidade das instituições do Setor Social Solidário, mas igualmente a necessidade de se implementar um modelo de maior justiça social, no qual o Estado tem um papel importante, pois as remunerações no Setor Social Solidário são cerca de 15% mais baixas do que as dos outros setores.

“Num País em que, em teoria, todos têm os mesmos direitos, vivemos uma situação de tratamento diferenciado para os que trabalham neste setor e para os outros, sejam do público ou do privado, com grandes diferenças de remuneração”, frisou João Dias, acrescentando: “O setor amorteceu a crise porque 150 mil trabalhadores o fizeram e a sustentabilidade das instituições começa aqui, pois todos nós defendemos a justiça social”.

O diretor-executivo da CNIS sublinhou que “a sustentabilidade das instituições tem que ser uma preocupação conjunta”, reforçando a ideia de que “não se pode hipotecar a sustentabilidade das IPSS para dar resposta àquelas duas dificuldades, pelo que é necessária a participação ativa do Estado”.

Depois de abordar aqueles que considera serem os dois desafios que o Terceiro Setor tem para resolver, João Dias deixou uma palavra de esperança no futuro: “O que tem acontecido nestes últimos anos e que hoje está a acontecer é qualquer coisa de novo. Estão aqui muitas entidades, muitas famílias, muitas formas de resolver as questões e muitas perspetivas e expectativas, mas estamos no início. Se cada um de nós tiver a humildade de perceber o que o outro tem para dizer, o que tem para mostrar, as soluções que encontrou e que resultam, daqui a algum tempo vamos ter a vida bem mais facilitada e vamos trabalhar todos em conjunto, inclusive o Estado, que não pode estar fora disto, aliás o Estado somos todos nós. Mas estamos, de facto, a viver um momento magnífico, que é o momento de partilharmos aquilo que durante muitos anos vivemos sozinhos, sejam



as angústias, sejam as alegrias do trabalho que vimos fazendo. E agora estamos num momento de partilha, entusiasmados, mas há de haver um momento em que havemos de encontrar uma forma de relacionamento equilibrada, com

respeito por cada uma das partes. Esta é uma fase de crescimento, vivamo-la dessa forma, mas não fiquemos angustiados”.

Nota ainda para a presença no evento de diversos dirigentes da CNIS, UDIPSS e IPSS.

CENTRO DE PROMOÇÃO JUVENIL, LISBOA

# Tudo pela melhor socialização das educandas

No passado dia 15 de Maio, o Centro de Promoção Juvenil celebrou 119 anos de existência. Nasceu na Monarquia, atravessou a 1ª República e o Estado Novo e assistiu ao dealbar da Democracia. Nos dias que correm falta financiamento para requalificar o espaço, dividindo-o em unidades autónomas, e criar um apartamento de autonomia.

**I**nicialmente denominado «Albergue das Creanças Abandonadas», a instituição lisboeta contou na sua inauguração com a presença da família real encabeçada pelo rei D. Carlos I.

E se foram os “notáveis da época” que conseguiram os meios necessários para fundar a instituição é um simples agente da Polícia, pleno de boa vontade, que deu o mote para o que viria a ser, na altura, o «Albergue das Creanças Abandonadas».

“Esta instituição foi fundada, em 1897, na sequência da ação caritativa do agente da Polícia Joaquim Augusto Andrade, que recolhia em sua casa as crianças que estavam na rua abandonadas”, começa por contar Manuel António Gomes, atual presidente da instituição, que continua: “Chegou a ter 20 crianças em casa. Na altura, o comandante da Polícia Morais Sarmiento percebeu as dificuldades do agente e procurou motivar os notáveis da época. Então juntaram-se algumas pessoas que fundaram esta casa, a que se juntou o Conde de S. Marçal, um dos fundadores do Diário de Notícias, e que foi muito importante no desenvolvimento desta instituição. Foi, talvez, a pessoa que mais dinheiro doou à instituição e foi com o dinheiro dele que foi adquirido o edifício em que a instituição passou a funcionar desde essa época”.

E se hoje a capacidade da Casa da Estrela, como entretanto foi batizado o edifício, é de 45 utentes, acolhendo atualmente 30 educandas, tempos houve em que a instituição albergou 120 crianças e jovens, sempre e só do sexo feminino.

Ora uma tão grande população implicava que as condições não fossem as melhores, especialmente tendo em vista a integração social das utentes, que viviam em grandes camaratas.

“A instituição sempre foi reconhecida por ter tido sempre uma visão de promoção da socialização das pessoas que acolhe, tendo também em consideração as diferentes realidades sociais ao longo destes mais de 100 anos”, refere o presidente, que entrou para os órgãos sociais ainda nos primeiros anos do regime democrático: “Recordo-me de há muitos anos isto ser tipo tropa. Na década de 1970 começou-se a perceber que havia necessidade de transformar a instituição face à evolução da sociedade. Começou a equacionar-se colocar as educandas a estudar



fora da instituição, porque até aí elas estudavam dentro de portas, numa escola primária exclusiva da instituição. No entanto, percebeu-se que era útil para a melhor socialização das meninas que estudassem fora”.

Antes disso, as internas da instituição faziam a instrução primária e entravam logo no mercado de trabalho a servir em casas de família. Na altura foi negociado com o Estado a passagem da escola primária para Campo de Ourique e, como não tinha interesse arquitetónico, o edifício foi demolido, tendo sido construído de raiz o atual prédio onde funciona a instituição e “já com outra filosofia de acolhimento”.

Apesar das intenções de mudança terem surgido logo nos primeiros anos de Democracia, a construção só ficou concluída em 1986 “e já foi construído para acolher três educandas por quarto”.

Nos tempos que correm, a Direção liderada por Manuel António Gomes pretende fazer uma nova requalificação e melhor aproveitamento do espaço, estando “em negociações com a Segurança



Social porque há um projeto, há longos anos, para dividir a instituição em três unidades autónomas, com 10 meninas em cada unidade, tornando os ambientes mais próximos do que é uma família”.

Segundo o presidente do Centro, “há possibilidades de fazer isso com alguma tranquilidade, o que não é tranquilo é o investimento necessário”.

“Já temos projeto de arquitetura para construir um lar de autonomia, numa parte do edifício que está devoluto, e para a divisão do restante em

unidades autónomas, uma por cada um dos três pisos”, explica, revelando ser ainda intenção criar um apartamento de autonomia num prédio propriedade da instituição e que tem todo um andar vago, onde podem ser colocadas cinco educandas, o número mínimo autorizado pela Segurança Social.

“Tudo isto está estruturado, pensado e projetado, mas vamos precisar de um financiamento muito grande. Tenho estado a equacionar a possibilidade de podermos aproveitar um ou dois caminhos para nos candidarmos aos financiamentos do Portugal 2020. Superficialmente consultei uma pessoa que trabalha nessa área e ela não me deu grandes esperanças, por estarmos inseridos na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Já em 2013 candidatámos o lar de autonomia ao POPH, mas foi recusado”, lamenta, avançando uma outra possibilidade: “Se não conseguirmos no Portugal 2020, resta-nos procurar empresas com algum peso para ao abrigo da Lei do Mecenato conseguirmos o financiamento necessário”.

Ainda sem orçamento traçado, Manuel António Gomes estima que o projeto custe qualquer coisa entre os 80 mil e os 90 mil euros.

Tal como as demais respostas de LIJ (Lar de Infância e Juventude), O Centro de Promoção Juvenil não conta com participações das utentes ou das famílias, pelo que a instituição “vive de donativos dos beneméritos que ainda vão existindo e da participação da Segurança Social”, para além disto tem ainda algum património imobiliário, que foi doado e que está arrendado.

Mesmo assim, a saúde financeira da instituição “é estável”, tendo fechado as contas de 2015 com “um resultado equilibrado, com um saldo positivo à volta dos dois mil euros”, refere o presidente, acrescentando: “Temos resultados financeiros equilibrados, não temos reservas. Mantemos uma reserva por prudência, mas é uma verba que não chega para avançar com projeto nenhum”.

Tendo a educanda mais nova 13 anos e a mais velha 21 anos, o Centro é mais um lar de juventude do que propriamente um lar de infância e juventude, uma realidade que preocupa quem dirige a casa.

“A maioria dos pedidos que aqui chegam é para jovens na ordem dos 14, 15 anos de idade e isto é preocupante, porque, ao lermos os relatórios, percebemos que são jovens que foram sinalizadas cinco ou seis anos antes e depois não aconteceu nada. E isto é grave, porque quando cá chegam vêm com perturbações muito profundas e isso poderia ter sido evitado”, acusa Manuel Gomes, acrescentando: “É claro que poderia haver um movimento para apoiar estas crianças que são sinalizadas precocemente fazendo um trabalho em meio natural de vida. Isso foi preconizado já há uns tempos e foi algo em que estivemos envolvidos e a que demos o nome de Mais Família, mas depois houve um problema de verbas e foi suspenso. Isto é algo que era importante fazer-se e que não está a ser feito de uma forma eficiente”.

E se no passado eram mais as órfãs ou crianças abandonadas por dificuldades económicas das famílias e depois uma forte vaga de crianças Retornadas das ex-Colónias Ultramarinas,



“hoje em dia são jovens provenientes de famílias desestruturadas ou ausentes”.

E aqui, o presidente da instituição esclarece que o ausente não significa sempre a ausência física, seja por falecimento, seja por emigração.

“Quando essas situações sucedem é algo que perturbam muito estas jovens, porque elas sentem-se culpadas pela desagregação familiar, porque o pai bebe e bate na mãe e pensam que a culpa é delas. E trabalhar isto não é nada fácil”, lamenta, ao mesmo tempo que deixa um alerta: “E há uma coisa que a institucionalização promove e que é preciso muito cuidado a gerir. É que o Tribunal retira a criança à família, pelas mais diversas razões, e depois é decidida a institucionalização, mas isto envolve um risco enorme. A família diz que a menina está no colégio e desresponsabiliza-se de tudo e isso é muito marcante para as miúdas que sentem que a família não quer saber delas. Tem que haver um grande cuidado das equipas técnicas em trabalhar a família. A institucionalização tem este risco e nós sentimo-lo de forma muito evidente”.

Por outro lado, as dificuldades para cumprir dignamente a sua missão, a instituição enfrenta diversas dificuldades.

“Uma que nos preocupa é a gestão financeira para conseguirmos manter o equilíbrio e podermos proporcionar qualidade no atendimento às educandas. Essa é a grande preocupação, mas temos ainda alguns problemas na qualidade de formação de algum pessoal, apesar de termos uma boa equipa técnica”, sustenta,

considerando que a especificidade do trabalho numa instituição como esta exige muito de cada um dos 28 funcionários: “Todos os colaboradores têm contacto com as meninas e, por vezes, sem se aperceberem podem ter reações negativas e temos que estar permanentemente atentos a isso. Temos um psicólogo externo que dá apoio à equipa técnica e também à equipa educativa, que é formada por ajudantes de ação educativa, que não são pessoas licenciadas, para as ajudar a racionalizar a sua ação no sentido a que seja o mais adequada a cada educanda e elas são muitas e, naturalmente, todas diferentes. Gerir isto não é nada fácil”.

Apesar de tudo – “por vezes temos aqui sarielhos muito grandes” –, para Manuel Gomes, trabalhar no Centro de Promoção Juvenil “é muito motivador e as pessoas são muito empenhadas e entusiastas com o seu trabalho”.

IV CONCURSO MISS &amp; MISTER SÉNIOR, ALBERGARIA-A-VELHA

# E aos 97 anos fez-se Miss

O propósito não era encontrar vencedores, mas no IV Concurso Miss e Mister Sénior foram coroados Ana Custódia (97 anos) e Celestino Fernandes (72). O mote era promover o envelhecimento ativo, a autoestima dos mais idosos e um enorme convívio entre utentes de diferentes instituições participantes.



**E** aos 97 anos fez-se Miss. “Fizeram-me Miss...”, disse no final, ainda surpreendida, dona Ana Custódia, utente da Cediara – Associação de Solidariedade Social de Ribeira de Fráguas (Albergaria-a-Velha), depois de coroada Miss Sénior no IV Concurso Miss & Mister Sénior 2016, que contou com a participação de concorrentes oriundos de duas dezenas de IPSS, em representação de sete distritos de Portugal.

Mas como o próprio nome do concurso indicia, para além da Miss, também foi escolhido um Mister Sénior 2016 e o grande vencedor foi Celestino Fernandes, utente do Centro Social, Cultural e Recreativo da Carregosa (Oliveira de Azeméis), homem garboso nos seus 72 anos.

E apesar de Ana Custódia e Celestino Fernandes terem sido coroados vencedores, como referiu Susana Henriques, diretora-técnica da Cediara, instituição organizadora da iniciativa pelo quarto ano consecutivo, “todos são vencedores só por estarem presentes”. E com “todos”, Susana Henriques referia-se aos utentes participantes no concurso, aos utentes que acompanharam os participantes e aos funcionários que os acompanharam, mas também aos dirigentes e técnicos das 20 instituições participantes, “pela promoção do envelhecimento ativo” que fazem nas



respetivas IPSS.

Foi uma festa, ou melhor, uma enorme festa, na qual, para além dos desfiles a contar para o concurso, houve música, convívio, dança e alegria, muita alegria. Evidente foi o empenho de todos nas provas, mas mais evidente ainda foi a vontade de participar e de fazer do dia uma grande festa. Por isso não foi de estranhar que às atuações do grupo popular «Os Madrigais», do cantor Nel Monteiro (também ele membro do júri) e em especial do recente candidato presidencial Tino de Rans os mais de 400 idosos presentes no pavilhão do Grupo Desportivo de Telhadela, onde decorreu o evento, tomassem a passerelle de assalto e a transformassem numa enorme pista de dança. Bem, mais parecia um bailarico do que um concurso de Miss & Mister.



E se falar de vencedores para distinguir alguns dos participantes não seja a melhor forma, há que dizer que, para além da dupla já referida, houve mais algumas distinções.

Assim, entre elas, a 2ª Dama de Honor foi a concorrente, de 94 anos, do Solar das Camélias (Ribeira de Fráguas), enquanto a 1ª Dama de Honor foi escolhida a participante, de 67 anos, do Centro Social da Paróquia de Rio Tinto (Gondomar), ao passo que, entre eles, o 2º Cavaleiro foi para o concorrente, de 79 anos, da Fundação Padre Manuel Pereira Pinho e Irmã, de Válega (Ovar) e o 1º Cavaleiro para o participante, de 86 anos, do Centro Social de Famalicão (Nazaré).

O concurso consiste em três desfiles, em Traje de Gala, Traje Desportivo e Traje Típico, avaliados por um júri de oito convidados da organização.

E se do desfile em Traje de Gala saíram a Miss e o Mister Sênior 2016, já outras distinções houve para os que mais se destacaram nos outros dois desfiles. Assim, a Miss Boa Forma (Traje Desportivo) foi escolhida a participante, de 79 anos, do Centro Social e Paroquial de Cepelos (Vale de Cambra), enquanto o Mister Boa Forma foi o concorrente, de 74 anos, da Fundação Joaquim dos Santos (Viseu).

Já a Miss Atitude (Traje Típico) foi eleita a concorrente, de 87 anos, da Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares (Fundão), enquanto o prémio de Mister Atitude foi arrebatado pelo participante, de 79 anos, do Centro Social Paroquial São Tomé de Canelas (Estarreja).

Para além destas distinções foram ainda atribuídas mais duas: Miss Simpatia, que foi para a utente, de 83 anos, do Centro Social e Paroquial de Angeja (Albergaria-a-Velha), e Mister Simpatia, para o participante, de 81 anos, do Hotel Sênior das Romanas (Pedras Salgadas).

Um olhar rápido pela lista de premiados, deixa evidente a abrangência que o Concurso promovido pela Cediara já consegue atingir, tendo nesta quarta edição batido três recordes: Instituições participantes (20), número de participantes (mais de 400, entre concorrentes e acompanhantes) e distritos representados (sete, a saber: Aveiro, Porto, Vila Real, Castelo Branco, Leiria, Viseu, Coimbra).

A concorrer e a assistir estiveram utentes de respostas sociais como Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial Para Idosos e Centro de Convívio das 20 instituições participantes: Cediara (Albergaria-a-Velha), Centro Social de Febres (Cantanhede), Solar das Camélias (Albergaria-a-Velha), Centro Social Paroquial de Angeja (Albergaria-a-Velha), APCDI – Associação Pró Cidadão Deficiente Integrado (Sever de Vouga), Hotel Sênior das Romanas (Pedras Salgadas), Casa de São Caetano (Vila Nova de Gaia), Obra da Providência (Ílhavo), Fundação Joaquim dos Santos (Viseu), Centro Social e Paroquial de Cepelos (Vale de Cambra), Centro Social Paroquial de São Tomé de Canelas (Estarreja), Centro



Social de Agadão (Águeda), Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares (Fundão), Fundação Padre Manuel Pereira Pinho e Irmã (Ovar), Centro Social, Cultural e Recreativo da Carregosa (Oliveira de Azeméis), Centro Social Paroquial de Rio

Tinto (Gondomar), Fundação ADFP (Miranda do Corvo), Probranca (Albergaria-a-Velha), Centro Social de Azurva (Aveiro) e Centro Social de Famalicão (Nazaré).

**PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)**

CONGRESSO NACIONAL DA UMP

# Misericórdias não são um Estado dentro do Estado

O presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Manuel Lemos, rejeitou a ideia de que as Misericórdias pretendam ser "um Estado dentro do Estado", e defendeu que o papel destas instituições é o de cooperar com o Estado. "Só por mera demagogia saloia se pode dizer que as Misericórdias pretendem ser um Estado dentro do Estado", afirmou.

Manuel Lemos falava na sessão de abertura do Congresso Nacional das Misericórdias, que decorreu, no Fundão, distrito de Castelo Branco.

Na cerimónia, e perante o primeiro-ministro, Manuel Lemos disse ainda que não acredita que António Costa subscreva a ideia de que poderá fazer sentido entregar definitivamente ao setor privado o que o setor social faz igualmente bem e também se mostrou crítico com a eventual integração no setor público. "O setor social faz melhor, mais barato e de forma mais

eficaz para as comunidades do que o Estado", fundamentou.

Por outro lado, reiterou a disponibilidade das instituições sociais, e em particular das misericórdias, para a cooperação com o Estado, mas também sublinhou que no quadro de cooperação "os compromissos são para assumir". "É que, quase sempre, esses compromissos criam expectativas, implicam investimentos geram empregos sustentáveis, contribuem para a coesão territorial", fundamentou.

Este responsável destacou ainda o papel do setor no que diz respeito à criação de emprego, sem esquecer a ajuda e apoio aos que mais precisam, nomeadamente aos idosos e à velhice, tema escolhido para este congresso.

Nesse aspeto, Manuel Lemos lamentou que, em Portugal, exista sempre "a tentação de olhar para o envelhecimento como uma realidade trágica do ponto de vista individual" e criticou o

que tem sido a estratégia do Estado ao longo dos anos.

"Desenvolveu um melting pot de respostas como se fosse possível cortar os idosos e os seus problemas em fatias. O resultado tem sido custos acrescidos para as contas públicas, insatisfação e insegurança das pessoas e das famílias e, sobretudo, perda de dignidade e de cidadania de um número cada vez maior de portugueses", afirmou, apontando algumas das questões que considera que devem ser debatidas.

Na sessão o primeiro-ministro, António Costa, também manifestou a disponibilidade do Governo no que concerne à cooperação, referindo que a parceria entre o Estado e o setor social "deve ser reconhecida, valorizada e reforçada".

Além disso, também não deixou de sublinhar o papel das misericórdias e instituições do terceiro setor no que concerne à promoção da coesão territorial.





## SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ECONOMIA SOCIAL

**FORMAÇÃO  
CERTIFICADA**

Em Sala  
À medida  
Jornadas  
Congressos  
Seminários  
Live Meeting  
On Line

Consulte o PLANO DE FORMAÇÃO  
F3M 2016 em [www.f3m.pt](http://www.f3m.pt)

PROCESSOS CHAVE	IMOBILIZADO	UTENTES	SÓCIOS	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS	PORTAL SOCIAL	<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL</b>				
	RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMATOS, COZINHAS E LAVANDARIAS				CLÍNICA INTERNAMENTO	DIREÇÃO	<b>SOFTWARE PARA VARIAS RESPOSTAS SOCIAIS (Licenciamento e SaaS)</b>	
	ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS					RESPONSÁVEIS DOS UTENTES		<b>SOLUÇÕES WEB PUBLICAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO (DL n.º 172-A/2014)</b>
	APOIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING					LIVRO DIGITAL "MEMÓRIA"		

A F3M é o parceiro estratégico do Montepio na oferta de soluções informáticas para a Economia Social.



Montepio

Valores que crescem consigo

F3M Information Systems, S.A. | [www.f3m.pt](http://www.f3m.pt)

HEAD OFFICE: Edifício F3M, Rua de Linhares, 4715-435 BRAGA | Tel. (+351) 253 250 300 | e-mail: [contacto@f3m.pt](mailto:contacto@f3m.pt)

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

LISBON BRANCH: Rua Luís de Camões, n.º 133, 1.º C, 1300-357 LISBOA | Tel. (+351) 213 636 271 | e-mail: [info@f3m.pt](mailto:info@f3m.pt)

## GEOFUNDOS

# Oportunidades à distância de um clique

Apresentada como «a única plataforma online em Portugal que reúne todas as oportunidades de financiamento, nacionais e internacionais, disponíveis para entidades e iniciativas da Economia Social», a GEOfundos nasce sob o lema: «Fundo certo com sucesso».

O propósito deste instrumento é disponibilizar numa única plataforma tecnológica a informação sobre as várias oportunidades de financiamento existentes dirigidas ao setor da Economia Social, através de uma segmentação rigorosa, pesquisa simples, rápida e personalizada e com apresentação de resultados muito concretos.

A CNIS fez-se representar por dois membros da Direção, José Leirião e Macário Correia, com este último a considerar “muito positivo” o surgimento deste veículo de facilitação da vida das IPSS.

“Pode ser muito útil para as instituições, porque todos carecemos de apoios para os nossos investimentos e ter a informação sobre os financiamentos organizada para perceber onde é que a nossa ideia pode encaixar, quando, como e em que circunstâncias é fundamental”, afirmou, ao SOLIDARIEDADE, Macário Correia, acrescentando: “As instituições passam a ter uma ferramenta que é indispensável na gestão do dia-a-dia e ter a informação organizada e acessível é muito positivo”.

Perguntas como quais os prazos, quem pode concorrer, quais as condições de participação, quando se recebe, quem é o júri são frequentes e constituem muitas vezes obstáculos aos procedimentos das instituições. O que o GEOfundos se propõe fazer é, não só concentrar todas as oportunidades de financiamento disponíveis, mas também apoiar as entidades da Economia Social na sua obtenção.

“Se esta informação estiver toda agrupada e acessível é muito positivo, resta, agora, ver as condições operacionais de funcionamento, porque aqui vimos apenas a apresentação geral, que foi bem recheada de aspetos cativantes, mas falta agora ver a parte operacional e se será atualizada permanentemente para que não haja qualquer dúvida sobre aquilo que está na plataforma, bem como as condições de acesso e de registo das entidades, pois há aspetos que ainda não foram devidamente divulgados, para se poder perceber todos os mecanismos operacionais de gestão da plataforma”, sustentou Macário Correia.

A nova plataforma, que contou no lançamento com a presença do ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, pretende conseguir um maior conhecimento das entidades e empreendedores da Economia Social sobre as fontes de financiamento existentes, a nível nacional e internacional, aumentar da qualidade técnica, adequabilidade e pertinência das candidaturas a financiamento, diversificar as fontes de financiamento das entidades da Economia Social e

aumentar o alcance das entidades da Economia Social em termos de número de beneficiários diretos.

Com tudo isto, a GEOfundos quer promover a sustentabilidade financeira de médio e longo prazo das instituições do Terceiro Setor.

“A Economia Social é um setor que cria muito valor, porque faz coisas que são da responsabilidade do Estado e fá-lo a menor custo e de forma mais humana”, assinalou o ministro Caldeira Cabral, sublinhando: “Esta iniciativa está ao lado do melhor da Economia Social. Estes instrumentos facilitadores são importantes para que as pessoas percam menos tempo e energia na busca de financiamento”.

O governante aplaudiu a iniciativa e “a agregação entre as diferentes entidades”, deixando um incentivo à vasta plateia, formada pelos representantes das mais diversas entidades que integram o Terceiro Setor: “Espero que este instrumento os ajude a fazerem o que já fazem bem”.

A GEOfundos é uma plataforma online em Português que, para além de agregar todas as oportunidades de financiamento para Economia Social, presta um serviço customizado, ou seja, feito à medida de forma a promover uma maior eficiência na obtenção de financiamento, dando ainda resposta a empreendedores sociais.

Para tal, as instituições necessitam de efetuar um registo e proceder a um pagamento mensal, que varia consoante a dimensão económico-financeira da mesma.

Apesar de a visita e consulta online ser gratuita, ser beneficiário dos serviços prestados pela plataforma requer um pagamento, que permite ter acesso ao «Espaço de Aprendizagem», com informação de valor acrescentado para melhorar a aptidão para obter financiamento, ao «Centro de Especialistas» e ao «Apoio GEOfundos», que podem dar uma resposta integrada, com elevado nível de conhecimento e ajustada às necessidades de cada entidade ou iniciativa.

Aliás, subscrever os serviços associa a vantagem de ser feito uma permanente atualização das oportunidades mais adequadas à instituição subscritora.

Nesta fase de lançamento, a plataforma já agrega um total de mais de 120 oportunidades de financiamento, cerca de 40% nacionais e cerca de 60% internacionais, somando um valor (disponível) de mais de 500 milhões de euros.

A apresentação da GEOfundos decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, com uma adesão maciça de representantes de IPSS – membros da CNIS, destaque ainda para os representantes das Uniãos Distritais de Évora, Santarém



e Setúbal e ainda da APPC –, ONG e ONGD, ONGA, ONPD, associações, coletividades, fundações, cooperativas, mutualidades e misericórdias, tendo, entre outros, contado com a participação de Graça Fonseca, secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa.

PASSEIO NO DOURO

# Festa da Solidariedade é dia 30 de setembro

Durante um passeio no rio Douro que reuniu dirigentes e colaboradores da CNIS foi anunciada a nova data da Festa da Solidariedade, que será a 30 de setembro, em Coimbra. À margem do convívio, o padre Lino Maia, comentando recentes declarações do ministro Vieira da Silva, considerou importante haver um “normativo claro” sobre a fiscalização às IPSS, para se acabar com os exageros.

A CNIS reuniu dirigentes e colaboradores num passeio de barco pelo rio Douro, do Porto até à Régua, com regresso à cidade Invicta de comboio, no propósito de reforçar os laços entre todos e “estimular o entusiasmo” em prol da missão... de todos: a solidariedade.

“Não podemos praticar a solidariedade se não houver também comunhão entre todos e a comunhão é algo que se alimenta”, começou por dizer o padre Lino Maia, explicando as razões que levaram a Direção a promover o passeio no rio Douro: “Esta deslocação pretendeu criar uma oportunidade de estarmos uns com os outros, aprofundarmos a comunhão existente e de nos sentirmos, de algum modo, como que mais estimulados, porque uns estimulam os outros, para que não desanimem neste esforço de dedicação”.

Com “esforço de dedicação”, o presidente da CNIS referia-se a todos, “dirigentes, que são muito importantes, e também das outras pessoas que estão na CNIS com missões diferentes, mas que não são menos importantes do que a dos dirigentes, e que são os colaboradores, que também vestem esta camisola da solidariedade”.

Reforçar o espírito de solidariedade e de missão de todos os que na CNIS trabalham em prol das IPSS era o objetivo principal, daí que para o padre Lino Maia seja “importante que todos sintam que estamos todos no mesmo barco, empenhados no mesmo objetivo, com missões diferentes, mas complementares”.

A viagem serviu ainda para o líder da CNIS anunciar a nova data da X Festa da Solidariedade, inicialmente prevista para o dia 8 de julho, mas agora agendada para 30 de setembro, em Coimbra.

“É uma solução de emergência, porque tem que haver uma Festa da Solidariedade, pois é importante que por todo o País passe esta mensagem da solidariedade, no sentido da envolvimento e de termos cada vez mais gente, não apenas a apreciar os que são solidários, mas também levá-los a interrogarem-se se não poderão entrar neste barco solidário”, argumentou o padre Lino Maia.

“Razões inultrapassáveis” obrigam a CNIS e a UDIPSS Coimbra a adiar a realização da Festa da Solidariedade, o que, no entender do líder da CNIS, até poderá ser positivo em termos de adesão de público e das próprias IPSS, “deixando, assim, passar o período de verão, o regresso às aulas e o reativar de atividades nas instituições”.

“A UDIPSS Coimbra, por razões compreensíveis, não pôde colocar a máquina a funcionar atempadamente, mas agora com o adiamento para 30 de Setembro tudo será tratado e resolvido



devidamente”, assegurou.

Coincidindo a data inicialmente prevista com a semana das festas da Rainha Santa, em Coimbra, e estando a cidade direcionada e mobilizada para as suas festas, houve “dificuldade em mobilizar meios logísticos municipais e de outros parceiros”, ao que acresce, segundo Eleutério Alves, responsável da CNIS pela organização da Festa da Solidariedade, “o facto de este ano ser num formato diferente”, o que acabou também por comprometer outros apoios.

Para além de tudo isto, segundo o tesoureiro da CNIS, houve “dificuldade em encontrar um espaço com condições para realizar o Seminário, visto a capacidade de oferta estar esgotada”.

Com a nova data definida, falta escolher o local, no que a União Distrital de Coimbra terá a palavra, “porque esta não é uma iniciativa exclusiva

da CNIS, é uma iniciativa conjunta da CNIS com a UDIPSS onde se realiza a Festa”, frisou o padre Lino Maia.

Recorde-se que este ano, associado à 10ª edição da Festa da Solidariedade, haverá um Seminário sobre Empreendedorismo e Inovação Social, que será realizado de “forma articulada com a Festa, para que não haja desvios de atenção”, sustentou o padre Lino Maia.

Aproveitando a maré, o SOLIDARIEDADE ouviu o presidente da CNIS a propósito de uma questão que há muito preocupa as instituições e a própria Confederação e que são as fiscalizações da Segurança Social.

Em recente encontro com IPSS do distrito do Porto, o ministro Vieira da Silva defendeu ser “fundamental ter proporcionalidade na ação e equilíbrio e equidade na fiscalização”, acrescentando

“ REFORÇAR O ESPÍRITO DE SOLIDARIEDADE E DE MISSÃO DE TODOS OS QUE NA CNIS TRABALHAM EM PROL DAS IPSS ERA O OBJETIVO PRINCIPAL. PARA O PADRE LINO MAIA É IMPORTANTE QUE TODOS SINTAM QUE ESTAMOS TODOS NO MESMO BARCO, EMPENHADOS NO MESMO OBJETIVO, COM MISSÕES DIFERENTES, MAS COMPLEMENTARES

”

que “é preciso garantir que o critério de escolha das instituições a fiscalizar é totalmente aleatório”.

Revelando ter havido “partilha de algumas ideias” com o Governo, o padre Lino Maia considera ser necessário, “em primeiro, rever o normativo sobre a fiscalização, ou seja, as penalizações, e também atualizar ou fazer uma espécie de normativo sobre a fiscalização para que não haja exageros, para que ninguém exorbite, que oriente, de facto, as fiscalizações”.

Já sobre a pré-seleção das IPSS a fiscalizar, modelo que o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social quer pôr um fim, A CNIS é totalmente favorável.

“Não deve haver uma pré-seleção das instituições a fiscalizar. As fiscalizações acontecerão quando tiverem que acontecer, por decisão autónoma dos fiscais ou por uma qualquer denúncia, mais ou menos, sustentada”, defendeu o presidente da CNIS, sublinhando: “E aqui é que é importante também que haja um normativo para que pelo simples facto de haver uma denúncia anónima e sem fundamento não seja acionada automaticamente uma fiscalização. Não está ainda nada definido, são apenas algumas orientações que espero que sejam respeitadas”.

Para o padre Lino Maia, “o que, de facto, é importante é que não haja campo aberto para a fiscalização atuar a seu bel-prazer, especulando,



andando, às vezes, doentamente à procura de defeitos que não encontra mas que inventa”, defendendo, por isso, a criação de “um normativo de boas práticas para a fiscalização”.

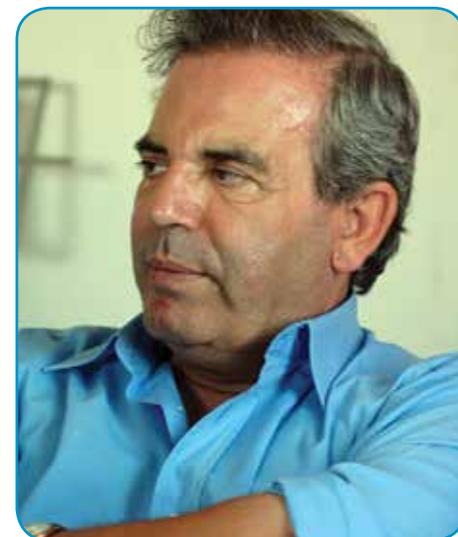
Por outro lado, a CNIS congratula-se com a visão do ministro Vieira da Silva, que, no mesmo encontro na Invicta, sustentou que a “Segurança Social não é uma federação de Centros Distritais”, a propósito de haver “alguns Centros Distritais que pensam que lhes cabe definir as políticas públicas”.

A disparidade de atitude e atuação dos diferentes Centros Distritais da Segurança Social (CDSS) é uma queixa antiga das instituições e da União Distritais, pelo que o presidente da CNIS afirma partilhar desta opinião, porque, “por vezes, há excesso de zelo, há discrepância e também agendas diferentes e não pode haver, porque um

CDSS não pode ter uma agenda própria, tem que cumprir e pôr em prática as políticas e as orientações do Governo”.

Sobre esta questão, a posição da CNIS é muito clara: “Os Centros Distritais coordenam, executam e implementam, mas não definem as políticas. Estou de acordo com o ministro, porque também não é a CNIS, a União das Misericórdias ou a União das Mutualidades que deve definir as políticas sociais. Podem e devem colaborar, não só na partilha de ideias e de orientações e depois na sua implementação, mas é competência do Estado definir as políticas sociais sustentadas, olhando aos recursos e aos meios, e que também solicita a cooperação das instituições para que essas políticas sejam implementadas”.

**PADRE JOSÉ MAIA**  
jose.maia@cic.pt



## “...E se fosse consigo?”

Ora cá está um excelente formato de comunicação televisiva, a reportagem de rua, para, na forma de uma simples pergunta, simulando diversas situações de vida, costumes e valores, confrontar a opinião pública com as distintas formas de reagir!

Programas como este demonstram que a comunicação social presta um verdadeiro “serviço público”, sempre que se preocupam mais em prestar atenção à voz do povo, a “opinião pública”, e menos, em serem a voz dos donos quando pretendem induzir os leitores e/ou telespetadores e ouvintes a sujeitar-se aos ditames da “opinião publicada”!

Aliás, os fóruns que, recorrentemente, ocupam um espaço privilegiado nas rádios e televisões, representam uma outra forma de participação cívica dos cidadãos, que deveria aconselhar quem toma decisões, aos mais variados níveis, a prestar mais atenção à “voz do povo”.

Admitindo que a Instituição, em que cada leitor do SOLIDARIEDADE trabalha, fosse convidada a sugerir temas/situações para merecerem uma reportagem para a rubrica “...e se fosse consigo?”, que sugestões

seriam dadas?

Permito-me, a título de exemplo, apresentar algumas interpelações que deveriam merecer uma atenção especial.

Assim:

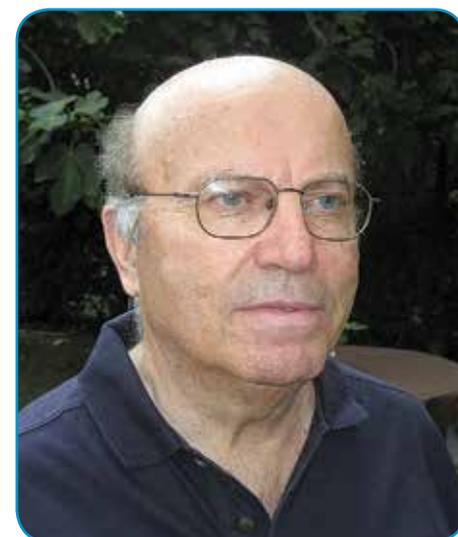
1. O drama de imensa gente, sobretudo pessoas idosas, em situação de doença, pobreza e solidão que, após tratamento em hospitais, o que mais receia é a alta hospitalar por não ter nem casa nem gente para a ajudar na convalescença. É uma realidade que acontece com muita frequência em quase todos os hospitais, com honrosas exceções de alguns, onde existe o cuidado de não enviar as pessoas para casa, enquanto o serviço social não encontrar alternativa.

2. Já agora, e apesar do bom e profissional atendimento nas lojas do cidadão, concentrando num só espaço respostas a muitas exigências administrativas próprias da nossa condição de cidadãos, uma boa reportagem a gente que se manifesta, por um lado, revoltada com certas faturas de alguns serviços, que considera elevadas e desproporcionadas às despesas feitas e, por outro, impaciente por ter de perder tanto

tempo em filas de espera, poderia ajudar-nos a perceber que, apesar dos méritos do simplex, há objetivas razões de queixa por muitas práticas administrativas de faturação pouco transparentes de alguns serviços e algumas empresas!

3. Por fim, mas não menos importante: vai sendo tempo de não nos resignarmos a considerar o drama do desemprego, apenas numa perspetiva de leitura dos dados estatísticos que o INE nos vai apresentando. Por detrás dos números estatísticos há dramas de centenas de milhar de pessoas que o país não pode esquecer. Para quando uma boa reportagem sobre as causas de tanto desemprego e uma interpelação ao Governo e às Empresas procurando saber que iniciativas se poderão tomar para garantir ao maior número possível de cidadãos o “direito ao trabalho” (ponto 1 do artigo 58º da Constituição da República).

**ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA**  
ajsilva@sapo.pt



## Lula da Silva e Lech Walesa

O que há de particularmente significativo no recente processo político brasileiro não é tanto o afastamento, mesmo que oficialmente temporário, da presidente Dilma Russef. Apesar do seu historial e de todos os seus esforços, ela nunca atingiu o nível de uma figura carismática. O que aconteceu de particularmente importante neste processo foi o “julgamento” público do partido governamental e do seu líder histórico, Lula da Silva, este sim, uma figura verdadeiramente carismática.

Pelo seu percurso de vida e pelos êxitos alcançados ao longo dos seus dois mandatos à frente da nação brasileira, Lula tornou-se uma figura manifestamente querida e respeitada dentro e fora do seu país, talvez como nenhum outro presidente foi ou virá ser. Os êxitos das suas políticas, sobretudo na área social e económica, alcançadas no seu primeiro

mandato, fizeram dele um mito, uma espécie de messias para milhões de brasileiros, ansiosos por uma política de mais igualdade e justiça. Foi esse estatuto “messiânico” que lhe permitiu superar os escândalos que foram salpicando o seu segundo mandato, sem que a sua imagem na opinião pública fosse completamente abalada. Pelo menos até há pouco tempo, quando a presidente se serviu do seu nome para tentar resistir ao vendaval que se vinha abatendo sobre ela. O processo político que abalou o Brasil ainda não está encerrado, mas se terminar com o afastamento definitivo de Dilma Russef, bem se poderá dizer que Lula da Silva, o grande herói da política brasileira dos últimos, caiu fragorosamente do seu pedestal. Uma história igual a tantas outras histórias que a política proporciona. Por exemplo, a história de Lech Walesa e do “Solidariedade”.

Ainda hoje é difícil perceber como é que um sindicato, liderado por um simples electricista, venceu um sistema aparentemente indestrutível, como parecia ser o regime comunista polaco, alicerçado como estava no poder de Moscovo. Igualmente difícil é perceber como é que o “Solidariedade” desapareceu praticamente da cena política daquele país. E mais difícil ainda é entender a humilhação sofrida por Lech Walesa nas eleições presidenciais de 1993 em que não chegou sequer aos 6%. Um homem umbilicalmente ligado à transformação do seu país e da Europa de Leste, um herói da política internacional, caiu estrondosamente do seu pedestal. Ainda por cima sem que contra ele tenham surgido acusações pessoais ou políticas graves, ao contrário do que se passa no Brasil. Seja como for, uma coisa é certa: os heróis da política não duram para sempre.

HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do**Centro Social de Ermesinde*

# Redundâncias

1 – O espaço público tem sido palco, nos tempos mais recentes, de um debate animado em torno da tensão entre o dever constitucional de o Estado assegurar uma rede pública de ensino e o papel do ensino particular e cooperativo, ou parte dele, nessa rede, através dos chamados contratos de associação.

Trata-se de matéria que se encontra fora do âmbito de acção das Instituições Particulares de Solidariedade Social enquanto tais, quer dizer, enquanto entidades que integram o sistema de protecção social, numa óptica de solidariedade.

Na verdade, enquanto a actividade nuclear das IPSS tem como elemento definidor a sua natureza não-lucrativa e como seus destinatários utentes distintos dos voluntários que dirigem as mesmas Instituições – aqui se distinguindo das cooperativas –, o mesmo não sucede no sistema de ensino particular e cooperativo, em que, designadamente no primeiro caso, se trata de empresas de natureza comercial; e, no segundo, de interesse próprio.

Absolutamente legítimos, claro; mas distintos.

A polémica resulta de o Governo considerar que o artº 75º, 1 da Constituição impõe ao Estado a criação de “... uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população” – consagrando o princípio republicano da instrução pública universal e gratuita –, devendo ser residual e tendendo para a extinção o papel nessa rede dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

Nesse sentido, à medida que a rede de estabelecimentos de ensino público se vai desenvolvendo, atingindo zonas do território onde, não existindo tais estabelecimentos, o ensino era assegurado por estabelecimentos privados, ao abrigo de contratos de associação, o Governo decidiu ir extinguindo tais contratos, por entender não fazer sentido o Estado pagar as prestações correspondentes, ao mesmo tempo que paga também a despesa com estabelecimentos de ensino público existentes no mesmo local.

A este pagamento duplo têm as forças políticas que apoiam o Governo chamado redundâncias – e determinado que não faz sentido, do ponto de vista da boa gestão e dos bons

princípios, manter tais redundâncias.

2 – Não vou aqui entrar na substância desse debate, que, como disse, se não inscreve no âmago do que é a acção das IPSS.

Mas é verdade que a ideia de um País (ainda) em crise financeira – e que não estivesse ...! – não dever pagar duas vezes a mesma coisa é compreensível.

Por outro lado, a designação de “redundâncias”, para fundamentar a eliminação, não está mal escolhida.

Trata-se de uma figura de estilo pouco estimada.

Na estilística, ou na retórica, a redundância é normalmente usada sob a forma de pleonismo, ou de tautologia – e, em regra, apontada como defeito oratório.

Todos conhecemos aquelas intervenções, em que o orador anda à voltas, a dizer e repetir sempre o mesmo, sem encontrar uma saída, para desespero do auditório.

Exemplo de redundância encontra-se, por exemplo, em “Os Lusíadas”, no episódio do Fogo de Santelmo e da Tromba Marítima: “Vi, claramente visto, o lume vivo/que a marítima gente tem por santo ...”

Não se trata, claramente, de um ponto alto da estética da epopeia.

Tenho para mim, portanto, que a escolha de um vocábulo apoucado, como “redundâncias”, para colher o aplauso público quanto à medida é eficaz.

É o que dizem as sondagens.

3 – O assunto é alheio ao fulcro da acção das IPSS, como acima escrevi.

Mas pode ter desenvolvimentos que o não sejam.

No Expresso de 28 de Maio último, por exemplo, Pedro Adão e Silva, verdadeiramente um “maître a penser” de uma ampla área do Governo, designadamente nas áreas sociais, alerta para que “a contestação sobre contratos de associação está a ser entendida pelas organizações que beneficiam de apoios públicos como uma primeira trincheira. Para já, a discussão – continua Pedro Adão e Silva – é sobre educação, mas a expectativa é que evolua para a área da saúde e das respostas sociais. E quando assim for, a contestação piará mais fino e causará mais danos. Até porque é uma

materia em que PS, BE e PCP não têm posições convergentes.”

“E não é o volume da contestação que aconselha a algum tipo de compromisso. É mesmo uma questão mais vasta da relação entre Estado e 3º Sector.”

Como cenários para o próximo futuro, Pedro Adão e Silva aponta dois: “O primeiro corresponde à tentação imediata ... que se pode traduzir num movimento de “nacionalização”. Partindo do dogma de que “o que é público é bom”, o Estado chamaria a si todas as responsabilidades nas áreas sociais, acabando com a contratualização com privados na educação, na saúde e na rede social. Um movimento deste tipo transformaria rapidamente a discussão – deixaria de ser sobre sobreposições e rendas excessivas para passar a ser sobre qualidade de oferta e eficiência.”

“O segundo (cenário), mais razoável, representa uma oportunidade para reorientar as respostas e reforçar a regulação pública. Requer, desde logo, que o Estado reconheça a importância da capacidade instalada e que compreenda que não se pode descartar recursos humanos e investimento feito. Seria um erro ...”

4 – A propósito da capacidade instalada, de que fala Pedro Adão e Silva, anote-se que o Governo tem acenado aos colégios que verão os seus contratos rescindidos com contrapartidas que, entre outras, passam pela celebração de novos contratos, agora para o pré-escolar.

Não se percebe é para que crianças ...

Com efeito, a rede solidária, largamente maioritária nesta resposta, acompanhada da rede pública, numa coexistência consagrada no artº 74º, 2., b) da Constituição, é bastante para as necessidades actuais, existindo já, em muitos locais, em resultado da construção de centros escolares, oferta superior à procura.

Vir agora o Governo, a pretexto de compensar os colégios, abrir-lhes as portas da educação pré-escolar, é, na verdade, criar redundâncias.

Ora, as redundâncias são sempre redundâncias: uma repetição, um pleonismo.

Não passam a ser virtuosas se forem devidas ao Governo.

Não há reversão que valha a esta (triste) figura de estilo.

FUNDAÇÃO PATRONATO DE SANTO ANTÓNIO, SABROSA

# Futuro pode passar por um Centro de Noite

Quando foi criada há 75 anos, o foco da Fundação Patronato de Santo António era o acolhimento de meninas em internato, mas desde 1989 dedica-se aos idosos. Com as demências a ganharem terreno, os responsáveis da instituição perspetivavam a criação de um Centro de Noite para melhor cumprirem a sua missão.

**F**undada por António Monteiro, um benemérito de Sabrosa, em 1941, com objetivo organizar e sustentar uma associação de educação, instrução e recreio para crianças do sexo feminino, a fim de as retirar da rua e de as ensinar a serem boas donas de casa, como era tradicional na época, a Fundação Patronato de Santo António tem, hoje, uma missão bem diferente, pois se nasceu focada na área da infância, atualmente as valências são mais viradas para os seniores.

“Em janeiro de 1989, sob a presidência do padre José Gil, que esteve muitos anos na instituição, foram assinados os primeiros Acordos de Cooperação com a Segurança Social de Vila Real para as valências de CATL e também para SAD e Centro de Dia”, conta Conceição Lapa, diretora-técnica da instituição, que, com orgulho, acrescenta: “A Fundação foi a primeira instituição de Sabrosa a ter estas valências e é a única na vila que tem a resposta de Centro de Dia”

O braço que, após a mudança de missão, ainda mantinha na infância foi amputado em 2007, quando o Centro de Atividades de Tempos Livres foi encerrado, por via da implementação das AEC, que hoje são asseguradas pela Autarquia e por uma outra instituição local. “Na altura sofremos alguma pressão da Segurança Social para encerrar a resposta, pois anularam-nos os Acordos de Cooperação”, recorda Conceição Lapa.

Um ano depois, em 2008, o pároco mudou e, por decisão testamentária do fundador, o presidente da instituição também, ficando à frente da instituição o padre Óscar Mourão.

Promovendo o trabalho “em parceria com outras instituições em prol da comunidade”, a Fundação tem registado “cada vez mais procura para Centro de Dia, especialmente de idosos com demência cujas famílias não têm retaguarda para eles”, revela a diretora-técnica, acrescentando: “Cada vez nos aparecem mais pessoas pouco autónomas, cada vez mais dependentes, com as quais é muito mais complicado fazer atividades, que, no fundo, é o propósito da resposta de Centro de Dia, ou seja, manter os idosos autónomos e ativos”.

Apesar das dificuldades, a instituição tudo faz para promover um envelhecimento ativo e uma velhice digna aos utentes, como refere Conceição Lapa: “Temos uma técnica que faz muita estimulação cognitiva com os utentes, especialmente com esses que sofrem de demências. Temos alguns já num estado muito avançado a quem prestamos



um serviço essencialmente de bem-estar e outros com os quais ainda fazemos algumas atividades e eles vão cooperando”.

Atualmente, a instituição apoia 45 utentes em SAD e tem Acordo de Cooperação para 10 utentes em Centro de Dia, mas acolhe 14, sendo quatro deles também utentes do SAD, mas que por não terem retaguarda familiar durante o dia frequentam igualmente o Centro de Dia.

“Mesmo que quiséssemos aumentar a capacidade do Centro de Dia não poderemos ir além dos 15 utentes, porque as instalações não o permitem. O edifício neste momento não permite”, lamenta o padre Óscar Mourão.

Para os responsáveis da instituição transmontana, o grande problema são mesmo as demências.

“Tanto aqui como nas outras instituições

do género do concelho, porque costumamos frequentar as mesmas formações e todas nos deparamos com a mesma realidade, ou seja, cada vez há mais utentes com demências”, constata a diretora-técnica, acrescentando: “Temos que estar cada vez mais preparados, mais formados profissionalmente para atender a essas necessidades, porque no futuro será ainda pior, pois cada vez mais nos aparecerão mais utentes com estes problemas. E nós temos que dar resposta, mas também dentro das nossas capacidades”.

Apesar de situada no Interior, o isolamento dos idosos ainda não é um problema grave.

“Não me parece que haja casos gritantes, uma vez que as instituições que existem no concelho vão conseguindo dar resposta. Há famílias cujos filhos estão fora, mas têm tido a preocupação para que os pais fiquem

bem na sua ausência”, sustenta o pároco, que aponta a emigração como a principal causa da solidão dos mais velhos, “mas não há propriamente desinteresse por parte dos familiares, são as circunstâncias da vida”.

O que verdadeiramente preocupa a instituição é o “isolamento durante a noite”, porque durante o dia a instituição vai dando resposta, mas alguns utentes estão sozinhos à noite e a Fundação acaba por perder alguns para a resposta de ERPI... que não tem.

Apesar disso, o futuro próximo da instituição, segundo os dirigentes, não passa por criar redundância na resposta de Lar, mas por algo mais prático e de resposta mais eficaz à população.

“Um dos projetos futuros talvez passe por um Centro de Noite. Neste momento estamos a ponderar. Já falámos com outras duas instituições e estamos a ponderar, mas ainda de uma forma muito incipiente, a possibilidade de com o apoio da Câmara, que poderia ceder uma antiga escola, avançar com uma resposta de Centro de Noite. Teremos primeiro que falar com a Segurança Social para saber se depois teremos apoio para o funcionamento”, revela Conceição Lapa, ao que o presidente da instituição acrescenta: “Temos falado no assunto entre nós, mas ainda não é nada de consistente. Um lar está fora de hipótese. Aliás, já há resposta no concelho e isso iria criar uma competição desnecessária, pois iria espartilhar muito a ação das instituições já existentes”.

Isto apesar de, segundo a diretora-técnica, “a nível de Lar a resposta talvez não seja ainda suficiente, porque os lares não são apenas procurados por pessoas do concelho, as pessoas querem é uma vaga onde possam colocar o seu idoso”.

Não criar redundâncias que provoquem uma concorrência desenfreada entre instituições não está nos planos da Fundação, até porque no concelho existe solidariedade entre as instituições.

“Existe sim, por exemplo, fizemos um protocolo com a Segurança Social para uma Cantina Social em que nós é que temos a responsabilidade de servir as 68 refeições/dia protocoladas, mas para fazer chegar as refeições a mais pessoas estabelecemos parcerias com outras instituições. Apesar de o protocolo ser connosco, cada uma das instituições confeciona as refeições que distribui nas suas zonas de influência e posteriormente distribuimos a verba do Estado pelas diversas instituições com que trabalhamos. Há, de facto, uma boa relação entre as instituições”, defende Conceição Lapa.

Inserida num meio essencialmente rural, a instituição vive com baixas mensalidades dos utentes, mas tem uma situação financeira estável. Porém, nem sempre foi assim.

“Agora está mais equilibrada. Já esteve pior, talvez devido à gestão mais recuada no tempo, porque com os anos criou-se uma certa mentalidade que não era a melhor. Os colaboradores tomavam aqui o pequeno-almoço, havia uns certos hábitos que para as contas não eram os melhores. Houve, de facto, uma fase que foi complicada e agora



talvez haja mais de rigor, mesmo na questão das compras aos fornecedores e da confecção das refeições, porque muitas vezes uma refeição dava para três pessoas. As pessoas pensavam que era melhor servir muito, mas acabava por ser desperdício”, afirma o padre Óscar Mourão.

“Andou-se, de facto, muitos anos com saldos negativos. Entretanto, em 2011 candidatamo-nos ao PRODER, Medida 3.2.2, porque esta casa estava a cair, precisava de manutenção, especialmente a nível do telhado. Não tínhamos condições para manter a qualidade de vida dos utentes. Fomos contemplados e fizemos obras de remodelação, adquirimos uma carrinha para o Apoio Domiciliário e mais algum equipamento, como marmitas e outro. Foi um investimento de cerca de 256 mil euros, em que o PRODER financiou 75% e nós gastámos aproximadamente 80 mil euros”, recorda Conceição Lapa, identificando um outro problema: “No decorrer do projeto foram surgindo outras necessidades e acabámos por gastar cerca de 20 mil euros a mais do que o inicialmente previsto. Claro que não ficámos muito bem financeiramente, mas também a partir daí começámos a tomar medidas para colmatar essas dificuldades”.

Uma das medidas tomadas foi a atualização das mensalidades dos utentes, “porque outra das razões dos saldos negativos

as mensalidades eram mínimas, não era feito um cálculo”, refere a diretora-técnica, acrescentando: “Também não podemos seguir rigorosamente a fórmula da Segurança Social, porque senão não temos utentes. A fórmula exige muito e estamos num meio rural onde as reformas são baixas, mas, em 2007, quando para aqui vim, as mensalidades eram muito baixas”.

Apesar de ter abandonado as valências de infância, a Fundação ainda mantém, indiretamente, um pé nessa área, por via de um protocolo com a Autarquia de Sabrosa, que delega na instituição competências nas AAAF - Atividades de Animação e Apoio às Famílias, que são realizadas no Centro Escolar Fernão Magalhães, com o qual criou mais um posto de trabalho.



RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS DE CONSUMO (RAL)

# ASAE com entendimento diferente da CNIS

A ASAE, por ofício recebido em 17 de maio de 2016, respondeu ao pedido de esclarecimento da CNIS, dizendo não ser o seu entendimento, quanto à aplicabilidade aos contratos de prestação de serviços celebrados entre IPSS e os seus utentes do dever de informação previsto no art.º 18.º da Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, o defendido pela CNIS, defendendo, ao invés, que tais contratos não se encontram excluídos pelo disposto no art.º 2.º da mesma Lei.

Recorde-se que o parecer da CNIS, formulado nesse pedido de esclarecimento, era no sentido de tal dever não abranger esses contratos com os utentes das IPSS.

Refere a ASAE que, “ainda que prestem serviços de interesse geral ..., os utentes d(ia)s IPSS estão adstritos ao pagamento de uma comparticipação económica, determinada em função dos seus rendimentos e/ou do seu agregado familiar, pelo que o pagamento de uma quantia, qualquer que seja,

envolve, necessariamente, uma contrapartida económica”.

Na mesma comunicação, a ASAE esclarece que “as IPSS não estão obrigadas a aderir aos centros de arbitragem de conflitos de consumo, pelo que a sua adesão é facultativa, podendo as mesmas aderir e/ou desvincular-se a qualquer momento e de forma gratuita”.

Concluindo, a ASAE reitera o seu entendimento de que “as IPSS estão adstritas ao dever de informação plasmado no art.º 18.º da citada Lei, estando, por isso, obrigadas a informar os consumidores sobre as entidades de RAL disponíveis ou às que aderirem voluntariamente, devendo, consequentemente, prestar essa informação de forma clara, compreensível e adequada ao tipo de serviço prestado, de forma a serem facilmente acessíveis (diga-se, visíveis) ao consumidor: no seu site na internet, caso este exista, e nos contratos de compra e venda ou de prestação de serviços entre o fornecedor de bens

ou prestador de serviços e o consumidor, quando estes assumam a forma escrita ou constituam contratos de adesão. Não existindo contrato escrito a informação deve ser prestada noutro suporte duradouro, nomeadamente num letreiro afixado na parede ou aposto no balcão de venda, ou, em alternativa, na fatura entregue ao consumidor”.

Como a CNIS divulgou em 22 de abril último, não sendo embora esse o parecer da CNIS, e sendo facultativa a adesão a uma entidade de RAL – e cabendo, evidentemente, na autonomia de cada instituição definir os seus procedimentos –, recorda-se a sugestão feita e com que se concluiu o texto: “... sugere-se a publicitação da referida informação no sítio eletrónico da instituição, e a sua eventual inclusão nos novos contratos de prestação de serviços, celebrados a partir de 23 de Março de 2016, nos termos do art.º 24.º, 4 do Decreto-Lei em questão, já que tal simples menção se não traduzirá num ónus significativo”.



**SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

## 100% CLIENTES SATISFEITOS

DEMONSTRAÇÕES GRÁTIS

Sem compromisso

# economia social

## 40 aplicações

- CONTABILIDADE ESNL
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (AT)
- IMOBILIZADO ESNL
- PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (ACSS)
- ORDENADOS
- UNIDADES DE SAÚDE
- PROCESSOS CLÍNICOS
- STOCKS

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA  
[ Utentes, Bancos, Associados, Rendas, Caixas e Pagamentos a Fornecedores ]
- QUALIDADE - Processos Chave  
Terceira Idade, Infância e Juventude
- VIATURAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES
- ... entre outras

software ipss

## SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 20 ANOS

deixe a informática connosco, as pessoas precisam de si

junto das

**INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA**

**ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS**



**ASSISTÊNCIA REMOTA**  
Novo conceito via internet



**ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA**  
Gratuita



**INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO**  
Nas vossas instalações

[www.tsr.pt](http://www.tsr.pt) - [tsr@tsr.pt](mailto:tsr@tsr.pt)

tlm. [+351] 939 729 729

tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)

fax [+351] 253 408 328

Rua dos Cutileiros, 2684 1º - Sala 11 - Apartado 1071 EC  
Lameiras - 4836-908  
Guimarães

REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

# Unidades de saúde mental em todo país

O coordenador da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) revelou que, a partir de 01 de julho, vão começar a abrir unidades de saúde mental em todas as regiões do país, que irão apoiar cerca de 300 pessoas.

Em entrevista à agência Lusa, a propósito dos 10 anos da criação da Rede, Manuel Lopes explicou que as unidades de cuidados continuados de saúde mental irão ter “diferentes tipologias” para “responder a necessidades de aproximadamente 300 pessoas em todo o país”.

“As unidades piloto que queremos para a área da saúde mental não são unidades que promovam a reinstitucionalização, mas que promovam a proximidade e levem os cuidados o mais possível a casa das pessoas”, adiantou o coordenador nacional para a reforma do Serviço Nacional de Saúde na área dos cuidados continuados integrados.

O objetivo é que as pessoas com dependência psicossocial possam permanecer nas suas casas, junto das suas famílias e das equipas de saúde que lhes dão apoio.

Manuel Lopes explicou que “são tipologias que estão na comunidade” e “simulam muito a casa das pessoas, sempre com um número reduzido de doentes”.

A referenciação das pessoas para estas unidades será feita pelos profissionais de saúde que as acompanham nos hospitais ou nos cuidados de saúde primários.

No decorrer deste ano serão também ser abertas unidades de cuidados continuados pediátricos.

“Nos dois casos arrancam com um ano de experiência-piloto, um aspeto “particularmente importante”, porque não há experiências anteriores nesta área, disse o responsável.

“Precisamos de reunir um conjunto de



condições que nos permitam durante um ano acompanhar essas unidades de muito perto e irmos aprendendo, em conjunto, que tipo de alterações precisamos de introduzir (...) para que correspondam às necessidades das pessoas que pretendem cuidar”, acrescentou.

Fazendo um balanço dos 10 anos da rede, assinalados a 06 de junho, Manuel Lopes afirmou que foi a “primeira grande alteração do Serviço Nacional de Saúde”, com a criação de um novo nível de cuidados, e correspondeu a uma necessidade que decorre da “incidência e prevalência de situações de dependência”.

“A rede não é um conjunto de instituições que funcionam como lares de terceira idade mais diferenciados”, disse, observando que a “maioria esmagadora das pessoas” sai da rede “com muito menos dependência e nalguns casos com independência”.

Isto quer dizer que “a rede está a cumprir os seus objetivos”, embora seja preciso “aprofundar na sua dimensão e nalguma especialização da resposta”.

“Olhando para as aprendizagens do passado, aquilo que constatámos foi que ao longo destes 10 anos se privilegiou essencialmente a resposta” institucional, mas neste momento é “claro para nós que o âmago de uma rede desta natureza deve ser a casa das pessoas”, disse Manuel Lopes.

Nesse sentido, o “grande investimento” terá de ser feito na criação de equipas que levem os cuidados a casa das pessoas, “um esforço que depende essencialmente do Estado porque são equipas que dependem dos agrupamentos de centros de saúde”.

Para obter uma melhor prestação de cuidados em casa, Manuel Lopes defendeu a aposta na colaboração com entidades até agora afastadas deste desafio, como as autarquias.

“Queremos a participação de setores (...) como as autarquias e outro tipo organizações da sociedade civil que sejam capazes de criar movimentos” para que possam ser feitas pequenas alterações na casa das pessoas para estas viverem “com mais segurança e com mais dependência”.

## SEGURANÇA SOCIAL

# Mais pessoas a receber o RSI

Mais 4.919 pessoas passaram a ter acesso ao Rendimento Social de Inserção (RSI), entre março e abril, mês em que 210.473 beneficiários receberam esta prestação social, segundo dados da Segurança Social.

As mais recentes estatísticas do Instituto de Segurança Social (ISS), atualizadas a 20 de abril, revelam um aumento de 2,3% face a março, mês em que o RSI foi atribuído a 205.554 pessoas.

Comparando com o mês homólogo do ano anterior, o número de beneficiários manteve-se praticamente igual: 210.354 em março de 2015, e 210.473 em março deste ano, mais 119 pessoas.

A maior parte dos beneficiários reside no distrito do Porto (60.854), seguido do distrito de Lisboa (35.886) e de Setúbal (18.229).

Os dados da Segurança Social, publicados no site do ISS, revelam também um aumento do

número de famílias que recebem esta prestação social, passando de 93.566 em março, para 95.412 em abril, mais 1.846, representando um aumento de 1,9%.

Face aos dados de abril de 2015, verifica-se uma subida de 2,7% no número de famílias a receberem esta prestação social, passando de 92.807 em abril do ano passado, para 95.412 no mês passado, o que totalizou mais 2.605 famílias.

As famílias estão maioritariamente concentradas nos distritos do Porto (27.875), Lisboa (16.648) e Setúbal (8.293).

O valor médio da prestação de RSI por beneficiário foi, em abril, 115,69 euros, mais 23,64 euros face a idêntico período de 2015.

Já o montante médio por família rondou, em abril, 259,63 euros, mais 44,01 euros comparativamente ao período homólogo do ano passado.

Os aumentos dos valores de referência do RSI entraram em vigor a 01 de fevereiro, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 1/2016, que “visa reintroduzir, de forma gradual e consistente, níveis de cobertura adequados, reforçando assim a eficácia desta prestação social enquanto medida de redução da pobreza, em especial nas suas formas mais extremas”.

O diploma do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social repõe o valor de referência do RSI, que se traduz num aumento da percentagem do montante a atribuir por cada indivíduo maior, de 50 para 70%, RSI, e por cada indivíduo menor, de 30 para 50% do valor de referência desta prestação social.

O valor do rendimento social de inserção corresponde a 43,173% do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



SOBRE A DESIGUALDADE

# A ameaça das máquinas

Uma nova ameaça paira sobre o frágil equilíbrio das sociedades modernas – a ameaça das máquinas.

Como tenho tentado demonstrar nesta série de textos, não é fácil, se nos quisermos manter no plano do discurso “científico”, estabelecer as causas do desequilíbrio crescente da riqueza, do rendimento e das oportunidades nas sociedades de capitalismo avançadas.

Contudo, seguramente, a tecnologia não está inocente no caso – alguma culpa terá neste cartório. Uma boa parte do crescimento do fosso que separa os que têm e os que não têm deve-se à evolução tecnológica.

Aqueles que como eu têm por volta dos 60 anos ainda se lembram de profissões que praticamente desapareceram. Já não há dactilógrafas, telefonistas ou operadores mecanográficos. Muitas das profissões administrativas, que constituíam boa parte da base das classes médias, desapareceram com a evolução das tecnologias de informação e comunicação.

Contudo, o que vimos no passado em matéria de extinção de emprego de nível intermédio pode ser uma amostra ínfima do que nos espera com duas revoluções em curso – a robótica e a inteligência artificial.

Um estudo recente da Universidade de Oxford afirma que quase metade dos empregos atuais poderá ser substituído por máquinas nos próximos anos.

Não se pense que estão apenas em causa tarefas pesadas ou rotineiras. Acredita-se, por exemplo, que dentro de alguns anos boa parte do diagnóstico médico possa ser feito por máquinas.

Os automóveis/camiões que não necessitam de condutor não são ficção científica. A Rio Tinto, uma das gigantes mineiras a nível mundial, numa das suas minas australianas, está já em fase de testes de um sistema onde todos os camiões serão movimentados sem necessidade de motorista.

A confirmarem-se os progressos da inteligência artificial e da robótica, podemos estar a poucos anos de enfrentar o maior desafio que alguma vez se colocou às sociedades humanas: como viver numa sociedade onde metade do trabalho dos seres humanos se tornou virtualmente obsoleto?

Claro que podemos sempre ver as coisas pelo lado positivo: no futuro trabalharemos menos, os horários serão mais reduzidos, teremos mais tempo para a cultura, para o lazer, para partilhar com os amigos e família.

Talvez! Esta utopia de um tempo em que o trabalho como necessidade daria lugar ao trabalho como liberdade era, no fundo, a base da utopia comunista de Karl Marx. John Maynard Keynes, o maior dos economistas, a seu modo, formulou a mesma utopia de um tempo em que potência das forças produtivas levaria a horários de trabalho reduzidos e, conseqüentemente, uma sociedade mais livre.

Contudo, sabemos que o progresso tecnológico nem sempre trouxe consigo, pelo menos no imediato, um mar de rosas social – pelo contrário, tempos de grandes mudanças tecnológicas foram, muitas vezes, tempos de grande perturbação e agitação social.

O caso histórico mais conhecido é o movimento luddita.

O movimento luddita ocorreu em Inglaterra, da região têxtil do noroeste, no início do século XIX. O nome do movimento deriva de um tal Ned Ludd, um jovem que terá destruído máquinas têxteis que, aparentemente, ameaçavam destruir os empregos industriais da região. Mais tarde, com o alargamento do movimento, falava-se de um tal King Ludd, suposto líder da revolta e que, tal como Robin Hood, viveria oculto na floresta de Sherwood. Pela descrição não parece difícil descortinar aqui os traços de uma criação mitológica.

Embora não existisse nenhum King Ludd e o movimento fosse em larga medida espontâneo e inorgânico, a verdade é que a revolta obrigou a uma intervenção militar de algum significado e levou a anos a erradicar.

Os Ludditas ficaram para a história como uma seita de gente retrógrada que tentou, com a destruição da maquinaria moderna da altura, impedir o curso do progresso.

Nada mais errado. Os Ludditas não eram, como as classes dominantes da época e os menos informados do presente, alegam, inimigos do progresso tecnológico. Em boa verdade não tinham nada contra as máquinas modernas. Não as destruíam porque vissem nelas um mal em si. Aliás, convirá dizer que a destruição das máquinas não era o único, sequer o principal, método de intervenção dos ludditas. O movimento queria apenas melhores condições de trabalho, ritmos de trabalho industrial mais humanos e, provavelmente, não teria ganho a dimensão que acabou por adquirir não fosse o caso de ter coincido com o final das guerras napoleónicas, um período extremamente difícil para a Inglaterra e, como sempre acontece

em tempos agitados, um pouco mais difícil para os mais pobres

Claro que hoje todos sabemos que os ludditas estavam errados. As máquinas modernas do início do século XIX, que estavam a revolucionar a indústria têxtil da época, não eliminaram empregos, pelo contrário, a prazo, criaram muito mais emprego dos que foram destruídos no imediato. Por outro lado, o aumento da produtividade que as máquinas permitiu, acabou por conduzir não à pauperização das massas trabalhadoras (como erradamente previu Karl Marx) mas antes, pelo contrário, ao aumento da qualidade de vida.

O trauma luddita ainda hoje persiste. Sempre que alguém pede para refletirmos um pouco sobre as conseqüências sociais do progresso tecnológico, nomeadamente sobre o risco de novas tecnologias acrescentarem ainda mais desigualdade às sociedades de capitalismo avançado, é imediatamente classificado de luddita, ou seja, um tipo retrógrado, passadista que não vê que o progresso tecnológico é sempre e fatalmente uma coisa boa.

Mas a sombra escura do erro luddita não deve inibir-nos de pensar.

Podemos imaginar um cenário terrível, a transformação da utopia libertadora de Karl Marx ou John Maynard Keynes numa distopia assustadora.

A robotização da sociedade pode criar uma quase sociedade de castas – os que têm intervenção na criação e exploração das máquinas e os que ficam de fora desse processo. Teremos uma ínfima minoria envolvida num processo tecnológico e produtivo extremamente sofisticado ao lado de uma enorme massa humana de gente que é, pelo menos para este efeito, “dispensável”.

Não é difícil anteciper que essa minoria que cria, programa e explora as máquinas vai ter acesso a riqueza e poder enquanto a esmagadora maioria viverá dependente de um qualquer esquema de subsistência, talvez com base num qualquer modelo de redistribuição pública.

Se um tal pesadelo se tornasse realidade também podemos imaginar como uma tal sociedade seria tendencialmente violenta. Haveria com certeza muita procura para serviços de segurança, condomínios de luxo defendidos por muralhas quicá mais tecnológicas que físicas, cyborgs que protegem os ricos contra a inveja das castas inferiores...

Vai ser assim? Sei lá! Mas por favor, não passem a vida a lembrar-me o erro dos ludditas para me impedir de pensar e de ter medo dos pesadelos.

# 40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

**A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.**



TEMOS A  
SOLUÇÃO PARA SI  
**CONTACTE-NOS**

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502  
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

[www.sogemave.pt](http://www.sogemave.pt)





**Envelhecimento** ativo

**FICHA TÉCNICA**

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** Pedro Vasco Oliveira **Redacção:** Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

## ESTUDO SOBRE STRESS NOS IDOSOS

# Homens, com ensino superior e institucionalizados são os mais vulneráveis

Um estudo junto da população idosa realizado pelo investigador de Coimbra Ricardo Pocinho concluiu que homens, indivíduos institucionalizados e sujeitos com ensino superior apresentam maiores níveis de stress.

O estudo contou com 409 participantes de um total de 620 inquiridos de todo o país, entre os 53 e os 93 anos (média de idades de 72,9 anos), e pretendeu avaliar a capacidade que a pessoa idosa tem para lidar com adversidades, bem como o efeito do lazer na relação da educação com o distress (quando o organismo não sabe adaptar-se a situação de stress) psicológico na população sénior.

Uma das conclusões do estudo aponta para o facto de pessoas com mais habilitações terem mais stress, algo que é contrário à ideia inicial da equipa de investigação, apontou Ricardo Pocinho, coordenador de uma pós-graduação em Envelhecimento Ativo e Saudável na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.

“As pessoas com mais habilitações académicas poderiam ter estratégias de reação à adversidade maiores, mas isso não se verificou”, disse Ricardo Pocinho, considerando que esse resultado poderá estar relacionado com a própria vida que esses indivíduos levaram, com “carreiras de maior desgaste e de maior exigência técnica”.

A institucionalização foi também indicada pelo estudo como “um fator perturbador”, que agrava a capacidade de lidar com o stress, independentemente de todas as outras variáveis.

“A maioria das IPSS [Instituições Particulares de Solidariedade Social] que visitámos cumprem os requisitos legais, mas estão sobredimensionadas. Não há um reforço da equipa de profissionais e há falta de recursos qualificados”, constatou o também investigador colaborador do CINTESIS (Center for Health Technology and Services Research) da Universidade do Porto.

Os idosos que estão “equilibrados” acabam por “ficar de lado”, face ao enfoque “naqueles que precisam de cuidados continuados”, sendo que o

próprio ambiente dos lares acaba por levar a um efeito de contágio, sublinhou.

Segundo o investigador, também o género é uma das variáveis onde se encontra “um desequilíbrio muito grande”, com as mulheres a mostrarem-se “mais resistentes ao stress do que os homens”.

Já a participação em atividades de lazer acaba por ser um fator que dá “mais capacidade às pessoas para lidarem com o stress”, sendo “um importante fator para criar resistência” a adversidades, salientou Ricardo Pocinho.

O aumento da idade e a residência em meio urbano mostraram também ser contributos para uma maior vulnerabilidade a situações de stress, refere o estudo.

Para o estudo foi utilizado “o Mental Health Inventory para comparar o nível de distress nas categorias de habilitações, meio e lazer”.

O estudo começou em novembro de 2015 e contou ainda com a participação de um psicólogo e uma gerontóloga.



Soluções para a  
**Economia Social**

-  **Organização Administrativa**  
Consultoria e Gestão
-  **Mediação de seguros**  
Soluções personalizadas
-  **Soluções tecnológicas**  
Software administrativo e financeiro

**Estamos onde você está.**  
Atuamos nas instalações do cliente

 **ODULISSER**  
PRIME PARTNER F3M

t. 265 537 590 | e. geral@odulisser.pt | www.odulisser.pt

Óptima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

 **milplus**  
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

 **Miele**  
PROFESSIONAL